

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt na RECLAMAÇÃO Nº 37987 - SP (2019/0135867-2)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : LEANDRO ARANHA FERREIRA  
**ADVOGADOS** : LEANDRO ARANHA FERREIRA - SP308167  
ROBERTO RENAN BARRIATTO - SP312419  
**AGRAVADO** : PROJETO IMOBILIARIO E 21 LTDA.  
**ADVOGADOS** : JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO - SP029120  
DENISE DE CASSIA ZILIO - SP090949  
LEANDRO BRUNO FERREIRA DE MELLO SANTOS  
- SP298335  
**AGRAVADO** : FREMA CONSULTORIA IMOBILIARIA LTDA  
**AGRAVADO** : AGILLITAS SOLUCOES DE PAGAMENTOS LTDA  
**ADVOGADOS** : MARCUS VINICIUS GONÇALVES GOMES -  
SP252311  
MARIA ESTTELA SILVA GUIMARÃES - SP355634  
JOSÉ EDUARDO FONTES MAYA FERREIRA -  
SP210703  
**RECLAMADO** : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO  
ESTADO DE SÃO PAULO

## EMENTA

AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL. HIPÓTESE DE CABIMENTO. NÃO CONFIGURAÇÃO.

1. A reclamação constitucional, proposta sob o pretexto de garantir a autoridade das decisões do Superior Tribunal de Justiça, destina-se a fazer cumprir decisão proferida em caso concreto que envolva as partes postas no litígio do qual é oriundo a reclamação.
2. Descaracterizada a hipótese de garantia da autoridade de decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça não observada em um caso concreto de Juizado Especial, permanece hígida a decisão de remessa da reclamação ora em apreço ao Tribunal estadual competente com base no disposto no artigo 1º da Resolução nº 3/2016 - STJ/GP.
3. Agravo interno não provido.

## ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Paulo de Tarso Sanseverino, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Impedido o Sr. Ministro Marco Aurélio Bellizze. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Maria Isabel Gallotti.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 01 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva  
Relator

